



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 25/2008 -----

-----Aos oito dias do mês de Outubro do ano de dois mil e oito, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia e Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes. -----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta da Sra. Vereadora Maria José Freixinho, à presente reunião. -----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 6 de Outubro de 2008, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **779.751,82 € (Setecentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e um euros e oitenta e dois cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

ASSUNTOS

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Esteve presente o Sr. Licínio Maia Azedo, representante do STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local da Região de Coimbra, que interveio sobre a situação decorrente da aplicação da pena de aposentação compulsiva no âmbito do processo disciplinar movido à Assistente Administrativa Principal Isilda Maria Mendes Cordeiro, apelando à Câmara Municipal que delibere no sentido de notificar a funcionária em causa para retomar o serviço, de forma a repôr o seu vencimento, dado que desde a data da aplicação da pena que não auferir qualquer salário ou pensão, repondo assim a legalidade processual, uma vez que durante este período transitório e até à data da sua publicação na lista de aposentados da Caixa Geral de Aposentações o processamento do seu vencimento é da responsabilidade da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e não da Caixa Geral de Aposentações, apelando igualmente à compreensão da Câmara Municipal para a resolução desta situação.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente esclareceu que a sua principal preocupação é cumprir escrupulosamente o que a lei determina relativamente a esta ou a qualquer outra matéria, independentemente de se tratarem de questões relacionadas com funcionários (as). Disse ainda que, no que diz respeito ao processo em causa, a Câmara Municipal agiu em função de tudo o que estava determinado, nomeadamente com base numa circular da DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais que explicitava a metodologia a utilizar em relação a estes assuntos, pelo que, não havendo qualquer decisão por parte da Caixa Geral de Aposentações quanto a este caso, a Câmara Municipal decidiu novamente solicitar esclarecimentos àquela entidade sobre a razão pela qual ainda não havia sido determinado o valor da pensão provisória a pagar à funcionária em virtude de estas situações, segundo a referida circular da DGAL, terem carácter prioritário. Deu ainda conta que foi apresentada uma reclamação pela funcionária sobre essa situação, que está a ser devidamente analisada pelos juristas do Município, e sobre a qual a Câmara Municipal cumprirá escrupulosamente com o que são os seus deveres nos termos da lei e, assim que tiver uma informação sobre o assunto em análise actuará em função da mesma. Mais informou que a Câmara Municipal ontem recebeu um Fax, remetido pela Caixa Geral de Aposentações, a questionar sobre em que data foi aplicada a pena e bem assim sobre qual o valor dos vencimentos auferidos entre 1995 e a data da aplicação da pena para determinação do valor da pensão provisória. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra insurgiu-se quanto à forma como esta questão está a ser conduzida, considerando “inaudita e espantosa”, a situação por que está a passar a referida funcionária, uma vez que desde a aplicação da pena de aposentação compulsiva que não recebe qualquer rendimento, lembrando que até votou contra a aplicação da referida pena. -----

-----O Sr. Presidente referiu tratar-se de um assunto que é da sua competência, entendendo assim que o Sr. Vereador José Francisco Rolo não deve interferir no mesmo, sendo que apenas responderá às questões formuladas pelo interveniente. Disse ainda entender que o Sr. Vereador José Francisco Rolo foi pouco prudente ao revelar o seu sentido de voto aquando da análise deste processo, dado tratar-se de um assunto que foi votado mediante escrutínio secreto, sublinhando que “sob o ponto de vista da ética política, é muito pouco ético da sua parte”, ao que o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “decorre de uma anterior posição, portanto...”. O Sr. Presidente prosseguiu dando conta que a Câmara Municipal cumprirá escrupulosamente o que a lei determinar acerca desta matéria, e se tiver que pagar à funcionária, pagará efectivamente, sem que a mesma saia prejudicada, entendendo também que a Câmara Municipal não deve ser responsabilizada pelo facto de outros serviços não agirem em conformidade com o disposto por lei, salientando que são situações que devem ter tratamento prioritário e rápido por parte da Caixa Geral de Aposentações pelo que a autarquia nada tem a ver com eventuais problemas de funcionamento daquela entidade. -----

-----Ainda sobre este assunto o Sr. Licínio considera ter existido um erro processual por parte dos serviços da Câmara Municipal a partir do momento que segue orientações por uma circular dado que estas não se sobrepõem à lei. Considerou igualmente ter existido um outro erro por parte dos serviços quando a funcionária é desvinculada do serviço a partir do momento que é notificada da decisão de aplicação da pena. -----

-----O Sr. Presidente admitiu que possam ter existido erros no desenvolvimento deste processo, lembrando que, no entanto, as suas decisões são sempre fundamentadas em informações que lhe são prestadas, neste caso e no âmbito de qualquer acto administrativo. -----

-----O Sr. Licínio referiu que nada mais tinha a acrescentar, sublinhando apenas que no seu ponto de vista a Câmara Municipal não terá tido “sentido de justiça” dado que deixa o trabalhador vulnerável, tendo em conta que fica sem rendimentos para poder subsistir, situação que espera ver ultrapassada a partir do momento que a Câmara Municipal delibere notificar a funcionária para



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

regressar ao serviço, de modo a repor o seu vencimento, até à reposição da legalidade relativa ao processo em análise. -----

-----O Sr. Presidente referiu que, como é do conhecimento do Sr. Licínio, apenas poderá tomar essa decisão com base numa informação jurídica, assente na lei, pelo que não pode assumir qualquer compromisso em relação a essa matéria. -----

-----O Sr. Licínio concluiu apelando ao Sr. Presidente que actue no sentido de agilizar este processo, ao que aquele responsável referiu que ainda hoje iria diligenciar para que lhe seja prestada uma informação jurídica consistente relativamente a esta matéria para que possa decidir em conformidade com a mesma. -----

-----Esteve igualmente presente a funcionária Isilda Maria Mendes Cordeiro que começou por tecer algumas considerações relativamente ao processo em causa e bem assim ao seu relacionamento funcional com o Sr. Presidente, nomeadamente quanto ao facto de ter solicitado uma cópia da gravação da reunião ordinária de 17 de Junho de 2008, na qual lhe foi aplicada a pena de aposentação compulsiva, resultante da instauração de um processo disciplinar, tendo sido informada de que tal não seria possível uma vez que a reunião apenas foi gravada parcialmente devido a uma anomalia no sistema de gravação utilizado na altura, não tendo gravado inclusivamente esse ponto constante da Ordem do Dia. Referiu-se ainda ao pedido de deferimento de Jornada Contínua que apresentou no ano de 2001, e que lhe foi indeferido, tendo procedido à leitura na íntegra da sentença emitida pelo tribunal relativamente a essa matéria, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre quais os actos administrativos que foram tomados após a recepção da mesma. Relativamente ao Processo Disciplinar que lhe foi instaurado contesta o facto de não ter sido ouvida, por considerar que se lhe tem sido facultado esse direito, eventualmente teria questionado o Sr. Presidente da Câmara sobre se por acaso não há mais funcionários (as) que tenham já excedido o período de trinta dias para assistência a filhos menores de 10 anos, pois se isso se confirmar, entende que terá sido violado o princípio da igualdade e da proporcionalidade. Deu ainda conta que aquando da consulta que efectuou ao seu processo verificou que do mesmo não constava qualquer circular da DGAL e que apenas havia referência a contactos telefónicos efectuados com a Caixa Geral de Aposentações, situação que referiu estranhar. Chamou ainda à atenção para o facto de ter verificado que existem documentos que não constam do seu processo quando sabe que deveriam fazer parte do mesmo. Disse ainda estranhar o facto do processo não se encontrar devidamente numerado, situação que no seu entender poderá dar azo a que qualquer documento seja extraído ou acrescentado do mesmo, sem ninguém dar por nada. Concluiu solicitando autorização ao Sr. Presidente para poder continuar a consultar o seu processo, uma vez que este é composto por duas pastas e ainda só consultou uma. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que relativamente ao processo da D. Isilda Cordeiro nada mais tinha a acrescentar, para além daquilo que já havia referido. Mais referiu que lhe assiste todo o direito de, nos Tribunais ou onde lhe for dado esse direito de assistência, poder apresentar as suas reclamações e a Câmara, como também é seu direito, responderá de acordo com o que está estabelecido no Código de Procedimento Administrativo sobre estas questões, ou seja, aos requerimentos apresentados será dada resposta por escrito e as questões apresentadas em tribunal serão discutidas nesse local. Quanto à organização dos processos referiu não se intrometer nessas questões, deduzindo que os serviços cumpram regras claras e objectivas no que diz respeito a esses procedimentos. Concluiu salientando que “a Lei não é uma certeza, pois se assim fosse não teríamos tantos juristas e juízes a julgarem de forma diferente situações similares. A Lei, em termos de análise, tem sempre uma dose de parcialidade, que depende de quem a interpreta. São matérias em que, efectivamente, podem existir pontos de vista diferentes e, nomeadamente nesta questão de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

trabalhadores e entidade patronal, onde por norma existem sempre divergências entre opiniões e interpretações das entidades patronais e das entidades sindicais”.-----

-----A D. Isilda reconhece que no âmbito geral há assuntos que efectivamente só se resolvem via tribunal, no entanto recorda que nesse caso a razão tanto poderá ser atribuída à Câmara Municipal como à sua pessoa, assim como, se houver lugar ao pagamento de uma indemnização será sempre o Município a pagá-la, mas quem responderá sobre os factos será o Sr. Presidente da Câmara, sublinhando que a única diferença está no custo financeiro a que obriga cada um dos processos remetidos ao tribunal, salientando que “os processos em tribunal têm custas para mim, mas para o Senhor Presidente não, porque do seu bolso não vai sair nada, sairá do meu”. “Neste caso o município é que paga, mas quem tem o “prazer” é o Senhor Presidente”.-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra sugeriu à D. Isilda que apresentasse à Câmara Municipal uma exposição por escrito sobre tudo o que acabou de declarar em reunião, nomeadamente acerca da falta de vencimento desde a aplicação da pena de aposentação compulsiva, tendo esta de imediato distribuído pelos senhores vereadores eleitos pelo PS – Partido Socialista cópia da exposição já apresentada nesta Câmara Municipal. -----

-----O Sr. Licínio esclareceu que o objectivo da sua intervenção foi no sentido de apelar à Câmara Municipal a celeridade na resolução deste processo, ao que o Sr. Presidente agradeceu a forma serena e correcta como o assunto foi exposto pelo memo nesta reunião de executivo. -----

## **2 - ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

### **2.1 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA** -----

#### **2.1.1 – COMEMORAÇÕES DO FERIADO MUNICIPAL** -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida começou por se referir às comemorações do Feriado Municipal que ontem se realizaram nos Paços do Município, elogiando a forma como decorreram as cerimónias. Porém, entende que a parte final das cerimónias não correu assim tão bem, por considerar que o sucesso dos alunos premiados não foi muito bem explorado. -----

-----O Sr. Presidente referiu entender que esse momento foi devidamente realçado, nomeadamente no momento da sua intervenção pública em que fez referência aos prémios atribuídos aos jovens pelo sucesso escolar alcançado. -----

#### **2.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS NO FERIADO MUNICIPAL** -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu reconhecer que os apoios concedidos ao nível social e de associativismo são muito positivos. Porém, entende que a forma como se processou a sessão da sua distribuição nas cerimónias do Feriado Municipal não foi assim tão positiva. Considera que teria sido interessante que tivesse sido dada maior projecção e dignidade ao acto de entrega desses subsídios. -----

-----O Sr. Presidente referiu que, na sua opinião, o acto de entrega do subsídio anual às instituições e colectividades concelhias decorreu como habitualmente, pelo que nada mais tinha a acrescentar relativamente a esta questão. -----

#### **2.1.3 – INAUGURAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DE NOGUEIRA DO CRAVO E INFRAESTRUTURAS ADJACENTES** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se à cerimónia de inauguração do Campo de Futebol da Freguesia de Nogueira do Cravo e infraestruturas adjacentes, congratulando-se pelo que a autarquia fez em prol do desporto naquela freguesia, que considera ser também uma mais valia para o desporto ao nível concelhio. Elogiou ainda a iniciativa e o empenho que a população de Nogueira do Cravo tem tido para manter o património daquela freguesia, preservando assim o carácter e a “raça” daquelas gentes. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que não sabia se existia uma “raça Nogueirense”, mas que efectivamente existiam e existem cidadãos imbuídos de uma vontade de fazer algo positivo e de vencer pela sua terra. “Existem em Nogueira do Cravo e, felizmente, existem em todas as diversas localidades do concelho. Julgo que isso é um pouco apanágio da maioria das pessoas do concelho de Oliveira do Hospital”. -----

**-----2.1.4 – APOIO SOCIAL MÓVEL ÀS POPULAÇÕES MAIS AFASTADAS E ISOLADAS DO CONCELHO -----**

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que a autarquia faz muitas referências ao apoio que é dado às populações mais afastadas e isoladas do concelho, salientando que no seu entender, seria interessante que existisse um serviço específico de apoio social móvel que percorresse o concelho, com programa e horários definidos e devidamente divulgados, de maneira a acorrer a pequenas situações tais como, medir a tensão arterial, fazer chegar uma receita médica a um idoso que não possa deslocar-se ao médico, prestar uma informação social ou mesmo para efectuar o pagamento da água, que por lapso não tenha sido efectuado dentro do prazo estipulado para o efeito. No seu entender seria mais uma forma do Município alargar o seu apoio social às populações mais afastadas do concelho. -----

-----O Sr. Presidente referiu que, como é do conhecimento público, as IPSS's do concelho já prestam serviços de apoio domiciliário à comunidade, precisamente àqueles que mais necessitam, e normalmente para além destas, também o Centro de Saúde já faz serviços de apoio domiciliário, tais como a medição da tensão arterial e colocação de pensos. Referiu ainda considerar que, no que diz respeito à Câmara Municipal, existem serviços de proximidade através dos agentes locais que mensalmente se responsabilizam pela cobrança de água, pelo que entende que, de momento, não será tão urgente a criação desse serviço móvel. -----

**-----2.1.5 – OBRAS DE REPARAÇÃO NA ESTRADA NACIONAL 17 -----**

-----O Sr. Vereador Albano Almeida manifestou a sua satisfação pela forma como foi concluída a colocação da sinalização horizontal na Estrada Nacional 17, salientando que ao contrário do que se imaginava, até nem ficou muito mal. -----

-----O Sr. Presidente referiu que “se foi efectuada uma intervenção para sanear alguns pontos de depressão do pavimento com vista à melhoraria das suas condições, eu diria, mal fora se não tivesse melhorado, então não valeria ter feito a intervenção”. -----

**-----2.1.6 – TROÇO IC 6 (TÁBUA/ EN17) -----**

-----O Sr. Vereador Albano Almeida manifestou a sua estranheza pelo facto de ter constatado que ainda não estão a ser executadas as obras no troço IC 6 - Tábua com ligação à EN 17, já que havia sido anunciado de que estas se iniciariam durante o passado mês de Julho, esperando que os troços do IC 6, 7 e 37 não venham a sofrer pelos atrasos que se estão a verificar naquela área. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que, tal como o Sr. Vereador Albano Almeida, também aguardava que “o mês de Julho de 2008 fosse breve”.-----

**2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

**2.2.1 – SITUAÇÃO DA FUNCIONÁRIA COM PENA DE APOSENTAÇÃO COMPULSIVA ACUSAÇÕES FEITAS AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA E CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O MUNICÍPIO POR ACTOS ADMINISTRATIVOS NESTE (S) PROCESSO(S)**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:-----

-----“Uma funcionária em situação de pena de aposentação compulsiva, que vai para a rua e está sem receber qualquer vencimento durante quatro meses, eu considero que isso é inaceitável, não é normal, aliás eu não encontro qualquer normalidade ou legalidade nisso. Acho que acima de tudo tem que existir dignidade. Quanto às acusações que aqui foram feitas acho que, em termos pessoais, são graves, e obrigam a algum esclarecimento Sr. Presidente, quer seja hoje, quer seja outro dia. Questões que têm a ver com o relacionamento entre o Sr. Presidente da Câmara e funcionários, alegados insultos, é invocado a violação do princípio da igualdade entre funcionários, o que é grave, processos que não são numerados, e dificuldades, entraves e obstáculos no acesso ao processo. Isto para mim e no meu entender, enquanto for vereador desta Câmara, considero essa matéria grave e o Sr. Presidente da Câmara, como diz, é que é o responsável pela gestão do pessoal. Portanto, deve esclarecer estas acusações. O senhor diz que “a lei é objectivamente parcial”, ela não é parcial, ela é objectivamente imparcial. Depois, há consequências financeiras para o Município que aqui foram evocadas e que também convém esclarecer, e eu como vereador da oposição não tenho conhecimento dessa situação. E como o nome desta Câmara, foi aqui, repetidas vezes evocada, e como eu faço parte da Câmara, gostava de ter conhecimento sobre as consequências jurídicas e financeiras para o Município. É o que tenho a dizer sobre esta matéria.”-----

-----Sobre o assunto, e no que diz respeito à afirmação do Sr. Vereador José Francisco Rolo quando referiu que “o Sr. Presidente diz que a lei é objectivamente parcial”, o Sr. Presidente alertou o Sr. Vereador José Francisco Rolo para que não pusesse na sua boca aquilo que não disse, afirmando que o Sr. Vereador José Francisco Rolo é um político sem ética e com muita demagogia. Disse ainda que a questão de pessoal acima exposta pelo Sr. Vereador José Francisco Rolo foi de tal forma incorrecta que não iria responder à mesma.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco retorquiu que “a sua ética com a minha é quando quiser pesá-la. Se quiser arranja-se uma balança.”-----

**2.2.2 – TRANSPORTES ESCOLARES**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:-----

-----“Este é um assunto que para mim é sério e desagradável, e já não é a primeira vez que falo nele. Tenho mesmo que falar novamente nesta questão. Já falei sobre a qualidade e dos horários dos transportes escolares do Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira para Andorinha, alertei uma vez para a questão da lotação dos transportes na zona sul do concelho, e agora alerto mais uma vez para a questão da sobrelotação da carreira Oliveira do Hospital/ Lagares da Beira, uma vez que tenho sido contactado por diversas pessoas a alertar para esta situação. Acho que a Câmara presta esse serviço, que até é gratuito para todos os alunos, e mistura alunos com outros utentes, não tem problema nenhum. Agora, é inadmissível e exige responsabilidade da parte de quem tem a obrigação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

de suportar os transportes escolares, que haja alunos a preencher por inteiro o corredor dos autocarros que vão de Oliveira do Hospital para Lagares da Beira e para a Cordinha, e se for preciso eu trago fotografias de telemóvel com esse facto. Isto exige responsabilidade e qualidade na resposta a dar a esta situação. Esta situação não tem qualquer aceitação, eu não a aceito, e já alertei de outras vezes, e por isso não me falem em carreiras mistas, serviço de apoio a transportes escolares e serviço de apoio à população. É inadmissível que haja alunos a ser repetidamente transportados em pé, com o corredor do autocarro completamente cheio nos transportes escolares que fazem o trajecto Oliveira do Hospital/ Lagares da Beira/ Cordinha. Se acham isto normal, eu não acho e não aceito”. -----

-----O Sr. Presidente referiu que já está de tal forma habituado aos “alarmes” feitos pelo Sr. Vereador José Francisco Rolo, e como confia inteiramente no trabalho da Sra. Vereadora com o Pelouro da Educação, está certo de que, se existir algum problema a este nível, a Sra. Vereadora fará as diligências necessárias, em tempo oportuno, com vista à sua resolução.” -----

**-----2.2.3 – FERIADO MUNICIPAL - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----**

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte: -----

-----“No que diz respeito às comemorações do Feriado Municipal, e em comparação com o ano de 2007, no ano de 2007 apresentámos o projecto “Empreender +” e de alguma forma se falou no lançamento do projecto “Oliveira Finicia Invista +”. Ontem, nas comemorações do Feriado Municipal, aquilo que eu percebi é que, o projecto “Empreender +” redundou num fracasso, e dalguma forma também é um fracasso da política de desenvolvimento económico do concelho, já o disse aqui várias vezes. Ou seja, estas duas iniciativas, na prática fracassaram, e se elas não funcionam devem ser reformuladas, temos que ter a humildade de os reformular para que eles possam funcionar. Relativamente ao “Empreender +” não foi nenhum projecto premiado, por isso não veio à Câmara nem ontem foi apresentado como tal. O projecto “Oliveira Finicia Invista +” também não teve qualquer resultado, apesar de nas últimas semanas ter sido promovido na página do Município. É preciso é que, na vez de aparecer nos últimos meses, nos meses mais recentes, na primeira página do site da Câmara Municipal, se faça divulgação por outros meios junto do concelho, e junto de canais próprios com ligação ao sector empresarial. E dizer que das empresas que foram premiadas no ano passado, nomeadamente a “LOGIC Pulse” e a “Fauna POLIS”, quando consultadas verificamos que essas empresas estão sediadas em Coimbra é o caso da LOGIC Pulse no, no Centro Empresarial de Taveiro, e de Oliveira do Hospital é dada apenas uma morada sem qualquer contacto telefónico que possa ser usado. E acontece que, a “LOGIC Pulse” está sediada na Incubadora de Empresas de Coimbra, mais precisamente em Taveiro, porque em Oliveira do Hospital continuamos sem ter a nossa Incubadora de Empresas, e eu pergunto, para quando é que se prevê a sua criação ou se continua a ser apenas uma miragem? A Zona Industrial de Oliveira do Hospital está como está, o Pólo Industrial da Cordinha está abandonado e a Incubadora de Empresas é uma miragem. Há dias alertei aqui de que Figueira de Castelo Rodrigo já criou a sua Incubadora de Empresas, em Arganil foi, há dias, inaugurado o Centro Tecnológico e Empresarial, em Penela foi também, há dias, inaugurado um Habitat de Empresas, e dizia o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Penela que “aqui não se chora, aqui trabalha-se”, a gente evita de se andar para aqui a lamentar, temos é que trabalhar para resolver esta questão da instalação definitivamente de uma Incubadora de Empresas em Oliveira do Hospital se não continuamos a ter empresas a concorrer a prémios do Município, tendo apenas uma morada em Oliveira do Hospital, quando os seus



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

contactos e os seus serviços funcionam em Coimbra. Para quando a Incubadora de Empresas em Oliveira do Hospital?” -----

-----O Sr. Presidente contrapôs às afirmações do Sr. Vereador José Francisco Rolo o seguinte: “Considero no mínimo engraçado, que o Sr. Vereador queira atirar para cima da Câmara Municipal aquilo que é responsabilidade objectiva do Governo do país, ou seja a determinação e materialização de políticas económicas que permitam, nomeadamente, a criação de emprego. Mas também já estamos habituados a essa sua forma de ser e de estar. A Câmara Municipal, como bem sabe, não faz empresários, pode é criar alguns mecanismos que contribuam para despertar o sentido empresarial e empreendedor nos cidadãos ou alavancar o desenvolvimento e modernização das empresas. Essas sementes foram lançadas, agora não pode a autarquia obrigar ninguém a apresentar projectos. Cada cidadão ou empresa, mediante o que lhe é proporcionado, é responsável pela decisão de apresentar ou não candidaturas aos incentivos existentes”. -----

**-----2.2.4 – CENTRO DE EMERGÊNCIA SOCIAL E ESTADO DO LAR DE IDOSOS EM TRAVANCA DE LAGOS -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----

-----“Esta questão já foi muitas e muitas vezes debatida aqui em reunião de Câmara, já foi abordada na Assembleia Municipal e a situação é tão só esta, o Centro de Emergência Social, antes Centro de Acolhimento Temporário, continua fechado sem qualquer utilidade, estão lá mais de trinta mil contos e o Lar de Idosos precisa de obras. Eu acho que tem de estabelecer-se definitivamente o compromisso para quando é que fica pronto o projecto de execução para a reabilitação do Lar de Idosos e quando é que se abre o Centro de Emergência Social de Travanca de Lagos. É que, hoje, nem o Lar de Idosos funciona como deve ser, porque não cumpre os requisitos, nem o Centro de Emergência cumpre a função para que foram lá aplicados trinta mil contos e isto trata-se de boa gestão de recursos públicos. Hoje, e continuam a aparecer sistematicamente situações de pobreza no concelho, há pessoas que vivem em condições de habitação que deixam muito a desejar quer em termos de condições, quer em termos de salubridade e de conforto. Se existe um Centro de Emergência Social, de acolhimento temporário, em Travanca de Lagos, porque é que ele está fechado a todas estas famílias que, em vez de serem notícia de jornal, poderiam estar lá acolhidas. Para isso é que serve o Plano de Respostas Sociais de Emergência, que eu como vereador apresentei aqui nesta Câmara e que nunca foi implementado. O Plano de Desenvolvimento Social está expirado há um ano, as Comissões Sociais de Freguesia são recusadas enquanto função de resposta social, e por aí fora. Lamento que assim seja, as propostas têm chegado, espero que haja consolidação e que definitivamente se refaça o projecto de reabilitação do Lar de Idosos de Travanca de Lagos, se abra o Centro de Emergência Social, para que lá sejam colocadas pessoas em situação de emergência e em situação de más condições, pois foi para isso que ele foi criado, evitando assim que essas notícias andem sempre nos jornais, e andam nos jornais porque não há respostas.” -----

-----O Sr. Presidente referiu acreditar que o Sr. Vereador José Francisco ainda venha a falar sobre este assunto outras tantas vezes, por entender que “nós estamos aqui, temos a nossa forma de acção, é a nós que nos compete essa iniciativa, e portanto, não será o Senhor Vereador que irá impor o que quer que seja ao nível do executivo, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de qualquer tipo de programa ou de obra. Portanto, fomos eleitos pelo povo com uma maioria clara e objectiva, pelo que somos nós que definimos quando e como avançamos, e os caminhos que trilhamos.” -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----2.2.5 - DEPÓSITO DE RESÍDUOS NAS BERMAS DA ESTRADA DA PONTE DAS TRÊS ENTRADAS -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“Refiro-me à zona da estrada da Ponte das Três Entradas que é conhecida como uma zona de lazer e turística deste concelho. Ainda há pouco tempo lá estive e pude constatar que a deposição dos resíduos florestais resultantes do desbaste ficou junto às bermas da estrada. Acho que para uma zona de lazer e de turismo deveriam existir outros cuidados relativamente ao aspecto visual daquela zona. Assim como, sendo uma zona onde existem vários equipamentos turísticos, era normal e justificava-se que tivessem definido zonas de passagem para peões, nomeadamente passeadeiras para que as pessoas possam circular em segurança. Volto a dizer que aquele é um dos pólos de interesse e de qualidade turística do concelho, mas têm que ser cuidados como tal. Não sei se será assim, considerando que há deposição de resíduos nas bermas e que os peões não possam circular em segurança.”-----

-----O Sr. Presidente salientou que a zona considerada mais perigosa em termos de circulação na Ponte das Três Entradas está relacionada com a Estrada Nacional 230, cuja responsabilidade pela sua gestão não é do Município de Oliveira do Hospital mas sim das Estradas de Portugal.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou se “não é útil a Câmara Municipal colocar uma passeadeira, ou vai mandar um ofício para a Estradas de Portugal?”, ao que o Sr. Presidente respondeu “claro, ou o senhor não sabe que não se pode intervir numa zona daquelas?”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “lá vai ao ar o princípio da subsidiariedade, quem está próximo das coisas é que as resolve”.-----

-----O Sr. Presidente recordou que já enviou diversos faxes à Estradas de Portugal, por causa dos semáforos reguladores de tráfego existentes na Catraia e Vendas de Galizes, e que eles continuam na mesma.-----

**-----2.2.6 – COMEMORAÇÕES DO FERIADO MUNICIPAL -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo fez a seguinte recomendação:-----

-----“Ainda sobre a Sessão Solene do Feriado Municipal, fui abordado por vários profissionais da comunicação social com uma recomendação, que reputo de justa, e que é a definição de um espaço com lugares para os membros da comunicação social, acho que é uma das condições mínimas que o Município pode disponibilizar a esses profissionais. Acho que a imagem do Município também é importante. Noutros municípios os jornalistas têm um espaço onde possam ser acolhidos para desenvolver o seu trabalho com condições mínimas, e isso acontece em muitos municípios aqui à volta, acho que, definitivamente em Oliveira do Hospital em cerimónias públicas tem que se definir e marcar um conjunto de lugares para os senhores profissionais da Comunicação Social. Espero que esta situação fique definitivamente tratada.”-----

**-----2.2.7 – SUBSÍDIOS AO DESPORTO FEDERADO – ESCALÕES DE FORMAÇÃO – NÃO ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ARCED -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:-----

-----“Na última reunião foram definidos os apoios para os Clubes e Associações Desportivas, designadamente quanto à formação desportiva. Foram aplicados 75 mil euros distribuídos por várias entidades que fazem formação desportiva. Mais uma vez, a ARCED não teve acesso a esse “bolo” de 75 mil euros. Eu considero isso inaceitável e não vejo qualquer justificação razoável para que de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

um “bolo” de 75 mil euros, quinze mil contos, uma associação que desenvolve actividade de formação desportiva não tenha acesso, pelo menos a uma parte.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente declarou que nada mais tinha a dizer sobre esta matéria, salientando que “os pressupostos mantêm-se, e portanto, também a posição da Câmara relativamente a esta matéria”. -----

**3 - ORDEM DO DIA**-----

**-----3.1 - PROMOÇÃO / RECONHECIMENTO DO SUCESSO ESCOLAR -  
ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----**

**D.A.G.F/DOC.2**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 3 de Outubro de 2008, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que determinou que o prémio ao melhor aluno que concluiu a Licenciatura na ESTGOH, no valor de 750,00 € (Setecentos e cinquenta euros), fosse atribuído a César Manuel Fernandes da Silva Faria, do curso de Engenharia de Computadores e de Sistemas Informáticos, nos termos do disposto no respectivo Regulamento. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

**-----3.2 - FREGUESIA DE MERUGE - FEIRA DO PORCO E DO ENCHIDO -  
PUBLICIDADE-----**

**D.A.G.F. /Proc. 47/9**

-----Requer autorização para a afixação, na cidade de Oliveira do Hospital, de faixas de lona, relativas ao evento supracitado, que decorrerá no próximo dia 9 de Novembro do ano em curso. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no Concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----Foi igualmente deliberado isentar a freguesia de Meruge do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artº 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas. -----

**3.3 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:**-----

**A) AUTARQUIAS**-----

**-----A-1) FREGUESIA DE MERUGE-----**

**D.A.G.F./Proc. nº 53/4**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Meruge, um subsídio no montante de **4.500,00 € (Quatro mil e quinhentos euros)**, como apoio à realização da 6ª feira do Porco e do Enchido, naquela freguesia. --

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**B) INSTITUIÇÕES:**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----B-1) ADIBER - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRA SERRA-----**

**D.A.G.F./Proc. nº 53/4**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à ADIBER, um subsídio no montante de **1.250,00 € (Mil, duzentos e cinquenta euros)**, como apoio nas despesas tidas com a visita de alunos carenciados do concelho de Oliveira do Hospital ao Parlamento Europeu, em Bruxelas. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**C) APOIO AO FUNCIONAMENTO DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - EXPEDIENTE E LIMPEZA, COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E APOIO AO PLANO DE ACTIVIDADES.-----**

**D.A.G.F./Proc. nº 53/4**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios como apoio ao funcionamento dos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, no ano lectivo 2008/2009, nomeadamente na comparticipação das despesas de Expediente e Limpeza, funcionamento da Componente de Apoio à Família e desenvolvimento do Plano Anual de Actividades, distribuídos da seguinte forma: -----

AGRUPAMENTO	JARDIM-DE-INFÂNCIA	E.B.1	TOTAL
Brás Garcia de Mascarenhas	5.220,00 €	9.140,00 €	14.360,00 €
Vertical da Cordinha	1.380,00 €	2.500,00 €	3.880,00 €
Vertical de Lagares da Beira	970,00 €	2.130,00 €	3.100,00 €
Vertical do Vale do Alva	1.040,00 €	2.210,00 €	3.250,00 €
<b>TOTAIS</b>	<b>8.610,00 €</b>	<b>15.980,00 €</b>	<b>24.590,00 €</b>

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

**D) ACCÃO SOCIAL ESCOLAR: -----**

**-----D-1) ALUNOS ABRANGIDOS PELOS ESCALÕES A E B DOS AUXÍLIOS ECONÓMICOS-----**

**D.A.G.F.**

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal do número total, por Agrupamento de Escolas, dos alunos que frequentam o 1º CEB e que foram abrangidos pelos escalões A e B dos Auxílios Económicos, a saber: -----

**Alunos abrangidos pelos escalões A e B dos Auxílios Económicos**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**ANO LECTIVO 2008/2009**

AGRUPAMENTO	Escalão A	Escalão B	Total Atribuídos
Brás Garcia de Mascarenhas	145	126	271
Cordinha	65	25	90
Lagares da Beira	51	28	79
Vale do Alva	59	29	88
Total	320	208	528

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**D-2) - COMPARTICIPAÇÕES PARA MANUAIS E OUTRO MATERIAL ESCOLAR**  
**D.A.G.F.**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação dos seguintes montantes a atribuir aos Agrupamentos Escolares do Concelho, no âmbito das comparticipações para manuais e outro material escolar dos alunos abrangidos pelos escalões A e B dos auxílios económicos: -----

**Comparticipações para manuais e outro material escolar**  
**ANO LECTIVO 2008/2009**

Agrupamentos	Nº alunos	valor atribuído	Total
<b>1º ano</b>			
Brás Garcia de Mascarenhas	56	44,00 €	2.464,00 €
Cordinha	20	44,00 €	880,00 €
Lagares da Beira	10	44,00 €	440,00 €
Vale do Alva	13	55,00 €	715,00 €
Sub-total	99		<b>4.499,00 €</b>
<b>2º ano</b>			
Brás Garcia de Mascarenhas	58	48,00 €	2.784,00 €
Cordinha	24	48,00 €	1.152,00 €
Lagares da Beira	11	48,00 €	528,00 €
Vale do Alva	26	50,00 €	1.300,00 €
Sub-total	119		<b>5.764,00 €</b>
<b>3º ano</b>			
Brás Garcia de Mascarenhas	79	50,00 €	3.950,00 €
Cordinha	19	50,00 €	950,00 €
Lagares da Beira	21	48,00 €	1.008,00 €
Vale do Alva	25	60,00 €	1.500,00 €
Sub-total	144		<b>7.408,00 €</b>
<b>4º ano</b>			
Brás Garcia de Mascarenhas	78	50,00 €	3.900,00 €
Cordinha	27	40,00 €	1.080,00 €
Lagares da Beira	37	50,00 €	1.850,00 €
Vale do Alva	24	60,00 €	1.440,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Sub-total	166		8.270,00 €
Totais	528		25.941,00 €

**Mapa Resumo**

Agrupamentos	Nº alunos	Total
Brás Garcia de Mascarenhas	271	13.098,00 €
Cordinha	90	4.062,00 €
Lagares da Beira	79	3.826,00 €
Vale do Alva	88	4.955,00 €
Total	528	25.941,00 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea d) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**3.4 - OBRAS PARTICULARES:**-----

-----**3.4.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.3

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 24 de Setembro e 06 de Outubro de 2008, e que constam da listagem que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**3.5 - OBRAS MUNICIPAIS:**-----

-----**3.5.1 - EMPREITADA DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA A CASAL DE ABADÉ, PINHEIRINHO, QUINTA DO OUTEIRO E CABEÇADAS - PLANO DE TRABALHOS E PLANO DE PAGAMENTOS**-----

D.S.T./DOC.4

-----Presente o ofício de referência GR/PB/08/12, datado de 10 de Setembro de 2008 remetido pela firma Gracovil – Granitos e Construção de Viseu, Lda., tendo a Câmara Municipal deliberado, por todos os membros presentes, e de acordo com a informação exarada pelo Técnico Superior Assessor Principal do DST/ Divisão de Obras Públicas, aprovar o Programa de Trabalhos, o Plano de Pagamentos e o Cronograma Financeiro da empreitada acima identificada, conforme documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da execução desta obra, ao que aquele responsável informou que neste momento os trabalhos têm estado a decorrer em Pinheirinho e em Casal de Abade, sublinhando que não está a ser fácil executar esta obra face às condicionantes lá existentes, nomeadamente ruas estreitas que dificultam a passagem das pessoas no local.-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----3.6 - CENTROS DE ATL DE TRAVANCA DE LAGOS E OLIVEIRA DO HOSPITAL - ESTABELECIMENTO DE MENSALIDADES -----**

**D.A.G.F.**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a fixação das mensalidades devidas pela frequência das crianças admitidas nos Centros de ATL de Travanca de Lagos e de Oliveira do Hospital, de acordo com os mapas seguintes: -----

<b>Centro de ATL de Travanca de Lagos – Ano lectivo 2008/2009</b>			
<b>Determinação das Comparticipações Familiares</b>			
<b>Utente</b>	<b>Escalão</b>	<b>Custo diário/refeição</b>	<b>Mensalidade ATL sem refeições</b>
Ana Carolina Santos Lopes	B	0,73 €	15,00 €
André Filipe Santos Peres	A	0,00 €	10,00 €
Artur Jorge Tomás Matos	A	0,00 €	10,00 €
Carolina Pereira Direito	A	0,00 €	10,00 €
Diogo Miguel Santos Peres	A	0,00 €	10,00 €
Francisca Silva Ramos	I (3º Escalão)	1,46 €	20,00 €
Francisco Rodrigues Borges	B	0,73 €	15,00 €
Inês Filipa Pereira Figueiredo	B	0,73 €	15,00 €
Jessica Sofia Bernardo Capelo	A	0,00 €	10,00 €
Júlio César Marques Avelar	A	0,00 €	10,00 €
Marco António Carvalho Fonseca	A	0,00 €	10,00 €
Marco Daniel Neto Pereira	I (3º Escalão)	1,46 €	20,00 €
Miguel Ângelo Bento Correia	A	0,00 €	10,00 €
Pedro Miguel Carvalho	A	0,00 €	10,00 €
Rafael Mendes Cerveira	I (3º Escalão)	1,46 €	20,00 €
Saman Mendes Lopes	A	0,00 €	10,00 €
Sara Filipa Pereira Rodrigues	I (3º Escalão)	1,46 €	20,00 €

<b>Centro de ATL de Oliveira do Hospital – Ano Lectivo 2008/2009</b>			
<b>Determinação das Comparticipações Familiares</b>			
<b>Utente</b>	<b>Escalão</b>	<b>Custo diário/refeição</b>	<b>Mensalidade ATL sem refeições</b>
Ana Catarina Mendes Correia	B	0,73 €	15,00 €
Ana Isabel Mendes Campos	A	0,00 €	10,00 €
Ana Lúcia Silva Ferreira	A	0,00 €	10,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Ana Patrícia Borges Pestana	A	0,00 €	10,00 €
André Filipe Silva Borges	I (3º escalão)	1,46 €	20,00 €
André Miguel Marques Brito	I (sem docs)	1,46 €	25,00 €
André Paulo Fonseca da Silva	B	0,73 €	15,00 €
Beatriz Isabel Moura Gonçalves	A	0,00 €	10,00 €
Beatriz Mouzinho Silveira	I (sem docs)	1,46 €	25,00 €
Beatriz Pinto Ferrão Pereira	I (sem docs)	1,46 €	25,00 €
Beatriz Solange Correia da Cruz	B	0,73 €	15,00 €
Bernardo Peres Pereira	I (sem docs)	1,46 €	25,00 €
Carolina Alexandra Coito Gouveia	A	0,00 €	10,00 €
Carolina Raquel Pereira Fonseca	A	0,00 €	10,00 €
Cátia Filipa Carvalho Fonseca	I (3º escalão)	1,46 €	20,00 €
Cláudio Henrique Mendonça Freitas	I (4º escalão)	1,46 €	25,00 €
Claudiu Eduard Cartis	B	0,73 €	15,00 €
Daniel Ferreira Carvalho	I (4º escalão)	1,46 €	25,00 €
Daniel Filipe Nunes Fonseca	A	0,00 €	10,00 €
Daniel José Figueiredo Moura	I (sem docs)	1,46 €	25,00 €
Diana Rafaela Marques Ferreira	A	0,00 €	10,00 €
Diana Raquel Costa Gonçalves	I (3º escalão)	1,46 €	20,00 €
Eduardo Luís Pereira Martins	A	0,00 €	10,00 €
Erica Oliveira Borges	I (3º escalão)	1,46 €	20,00 €
Filipe José Costa Barata	A	0,00 €	10,00 €
Flávia Roman	I (3º escalão)	1,46 €	20,00 €
Francisca Correia Martins	I (sem docs)	1,46 €	25,00 €
Hélder Coelho Dinis Ribeiro Marques	B	0,73 €	15,00 €
Inês Cruz Martins	I	1,46 €	
Inês Martins Ribeiro da Silva Pestana	B	0,73 €	15,00 €
João António Simões	I (4º escalão)	1,46 €	25,00 €
João Pedro Lopes	A	0,00 €	10,00 €
José Miguel Carvalho Fonseca	I (3º escalão)	1,46 €	20,00 €
Liliana Carvalho Brito	B	0,73 €	15,00 €
Liliana Isabel Lameiras Silva	A	0,00 €	10,00 €
Luís Miguel Pereira Nunes	I (sem docs)	1,46 €	25,00 €
Marcos António Nascimento Pedro	A	0,00 €	10,00 €
Mariana Inês Rodrigues Osório	A	0,00 €	10,00 €
Mariana Sofia Pidrança Borges	A	0,00 €	10,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Maria João Marques Fernandes	A	0,00 €	10,00 €
Maria Martinho Rodrigues	B	0,73 €	15,00 €
Mariana Gonçalves Freixinho	I (4º escalão)	1,46 €	25,00 €
Mariana Lopes Dinis	B	0,73 €	15,00 €
Miguel Ângelo Silva Borges	A	0,00 €	10,00 €
Pedro Manuel Henriques Duarte	I (4º escalão)	1,46 €	25,00 €
Pedro Nuno Almeida Figueiredo	A	0,00 €	10,00 €
Pelágio Martino Perpétua Mamede Bernardo	A	0,00 €	10,00 €
Renato Adrian Saracin	I (sem docs)	1,46 €	25,00 €
Rodrigo Miguel Rodrigues Almeida	I (sem docs)	1,46 €	25,00 €
Rui Pedro Antunes Oliveira	B	0,73 €	15,00 €
Sara Filipa Nunes Madeira	I (3º escalão)	1,46 €	20,00 €
Tiago Filipe Silva Mateus	I (4º escalão)	1,46 €	25,00 €
Tiago Rafael Martins Tomás	B	0,73 €	15,00 €
Vanessa Isabel Morgado Moura Gonçalves	A	0,00 €	10,00 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.-----

**-----3.7 - REDE DAS ALDEIAS DE XISTO - PLANO DE MOBILIDADE DO PINHAL INTERIOR E VILLAS DO PINHAL – RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE PARCERIA COM A ADXTUR - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ALDEIAS DO XISTO-----**

**D.A.G.F./DOC.5**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do Acordo de Parceria, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, celebrado em 1 de Julho de 2008 entre a ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto e o Município de Oliveira do Hospital, visando o desenvolvimento dos projectos “Plano de Mobilidade do Pinhal Interior” e “Villas do Pinhal”.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.-----

**3.8 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----**

**-----3.8.1 - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - CONTRATUALIZAÇÃO COM AS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS / NUTS III - PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS-----**

**D.A.G.F./Proc.33/11**

-----Foi presente pelo Sr. Presidente a Circular nº 112/2008-AG, de 22 de Setembro, remetida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, a tecer algumas considerações relativamente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

ao assunto em epígrafe, nomeadamente no que diz respeito ao tipo de metodologia que poderá ser seguido no sentido de agilizar a constituição das novas Comunidades Intermunicipais (CIM). -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**-----3.8.2 - ENERGIA GEOTÉRMICA - ACCÕES DE PROSPECÇÃO E PESQUISA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----**

**D.A.G.F**

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma informação elaborada pela Técnica Superior de Economia, datada de 30 de Setembro de 2008, a qual leu na íntegra, a prestar alguns esclarecimentos relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**-----3.8.3. - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BASQUETEBOL - SELECÇÃO NACIONAL SÉNIORES FEMININOS – AGRADECIMENTO -----**

**D.A.G.F/Proc.28/6**

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, com o registo de entrada nº 9559, de 19 de Setembro de 2008, remetida pela Federação Portuguesa de Basquetebol, a agradecer todo o apoio, financeiro e logístico, cedido pelo Município de Oliveira do Hospital à Selecção Nacional de Seniores Femininos, sublinhando que o mesmo se revelou essencial no desenvolvimento do trabalho realizado em Oliveira do Hospital, por aquela Selecção. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**-----3.8.4 - FUTEBOL CLUBE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - AGRADECIMENTO / ÉPOCA DESPORTIVA 2008/2009 -----**

**D.A.G.F/Proc.28/6**

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, com o registo de entrada nº 10051, de 2 de Outubro de 2008, remetida pelo Futebol Clube de Oliveira do Hospital – Secção de Veteranos, a agradecer todo o apoio que lhe foi concedido por este Município no âmbito da época desportiva de 2007/2008. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**-----3.8.5 - MAPA DE TRANSPORTES -----**

**D.A.G.F/DOC.6**

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 23 de Setembro e 06 de Outubro de 2008, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

**-----3.8.6 - SERRA DO AÇÔR - REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL / REUNIÃO DA DIRECÇÃO-----**

**D.A.G.F./PROC.42/14**

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião da Assembleia-Geral Ordinária da Serra do Açor – Associação de Desenvolvimento Regional, que teve lugar no passado dia 24 de Setembro, no edifício das Piscinas Municipais de Penacova, com a seguinte ordem de trabalhos tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

- 1 – Aprovação do Relatório de Actividades e de Contas do ano de 2007;-----  
-----2 – Assuntos gerais de interesse para a Associação; -----  
-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**3.8.7 - VOTO DE PESAR - SR. CORONEL ALBERTO JORGE GARCIA RIBEIRO DO AMARAL**-----

D.A.G.F/Proc.28

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, com o registo de entrada nº 9611, de 19 de Setembro de 2008, remetida pelo Sr. Virgílio Jorge Rodrigues Ribeiro do Amaral, a apresentar, em seu nome e da sua família, agradecimentos pelo Voto de Pesar aprovado pela Câmara Municipal, em 19 de Agosto do ano em curso, relativamente ao falecimento de seu Pai, Coronel Alberto Jorge Garcia Ribeiro do Amaral.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**4 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES:**-----

**4.1 – VEREADOR PAULO ROCHA**-----

----- **4.1.1 - REUNIÃO DE DIRECÇÃO DA ADEPTOLIVA** -----

D.A.G.F.

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião ordinária de Direcção da ADEPTOLIVA, que teve lugar no passado dia 14 de Setembro, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----

- 1 – Análise da situação económico-financeira; -----  
-----2 – Situação Pedagógica;-----  
-----3 – Outros assuntos.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 8 de Outubro de 2008** -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Presidente**

---

**Vereadores**

---

---

---

---

---

---



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 8 DE  
OUTUBRO DE 2008**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**